



**Universidade de Brasília**

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Alisson Barroso Reis

**A MISSÃO ESPECIAL DO BRASIL AO URUGUAI: a pressão por controle sobre  
João Goulart e o reconhecimento da nova ordem brasileira.**

Monografia apresentada ao Departamento de  
História do Instituto de Ciências Humanas da  
Universidade de Brasília como requisito para  
obtenção do grau de licenciado em História.  
Sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo  
Vidigal.

Brasília

2019

## **RESUMO**

A Missão Especial do Brasil ao Uruguai, em abril de 1964, foi uma importante missão diplomática que buscou obter garantias do governo uruguaio de que João Goulart, ex-presidente brasileiro deposto, não fixasse domicílio nas regiões de fronteira, a fim de coibir eventuais focos de resistência. Em meio a uma América Latina instável, especificamente na década de 1960, não apenas o resultado da missão, mas as relações diplomáticas entre os países latino-americanos, principalmente as relações Brasil x Uruguai são abordadas neste trabalho.

Mesmo com a negativa em se obterem as garantias sobre Goulart e seus aliados, a missão obteve o reconhecimento, por parte do governo uruguaio, do novo governo brasileiro, sendo o Uruguai um dos últimos países a fazê-lo. A Missão também demonstrou ao Uruguai quais seriam os rumos da diplomacia brasileira sob o governo militar.

Palavras-chave: João Goulart; Golpe de Estado de 1964; Missão Especial ao Uruguai 1964;

## **ABSTRACT**

The Special Mission from Brazil to Uruguay, in April 1964, was an important diplomatic mission that sought assurances from the Uruguayan government that João Goulart, a deposed former Brazilian president, would not settle in the border regions in order to curb any outbreaks of resistance. In the midst of an unstable Latin America, specifically in the 1960s, not only the result of the mission, but diplomatic relations between Latin American countries, especially Brazil-Uruguay relations, are addressed in this paper.

Despite the refusal to obtain assurances about Goulart and his allies, the mission received recognition from the Uruguayan government of the new Brazilian government, with Uruguay being one of the last countries to do so. The Mission also demonstrated to Uruguay what would be the direction of Brazilian diplomacy under military government.

Keywords: João Goulart; 1964 Coup d'Etat; 1964 Special Mission to Uruguay;

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. O continente americano no pós-Segunda Guerra.....	7
1.1 O impacto da Revolução Cubana na diplomacia estadunidense.....	7
1.2 Conflitos diplomáticos na América Latina nas décadas de 1950 e 1960.....	10
2. Panoramas internos: Brasil e Uruguai.....	16
2.1 O Brasil de João Goulart e o Golpe de Estado.....	16
2.2 O Uruguai e o Conselho Nacional de Governo.....	20
3. A Missão Especial do Brasil ao Uruguai.....	24
3.1 Análise inicial da Missão.....	24
3.2 Impacto na imprensa uruguaia.....	30
3.3 Resultado da Missão.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

## INTRODUÇÃO

O cenário na América Latina era bastante conturbado no início da década de 1960, sobretudo após a consolidação da Revolução Cubana e o estabelecimento de um governo socialista na ilha caribenha. Cabe esclarecer que, após a Revolução Cubana, concluída em 1959 com a ascensão ao poder de Fidel Castro, a tensão política no continente americano se acentuou. Com o estabelecimento de um governo socialista na América Latina, região de influência histórica dos EUA (capitalista), os EUA passaram a intensificar sua interferência no continente através de operações que visavam garantir que nenhum outro país iria aderir ao sistema socialista. Sendo assim, governos com tendências à esquerda passaram a ser alvo de operações estadunidenses cuja pressão ocorria, em sua maior parte, de forma indireta, fornecendo informações, apoio logístico e financeiro ao grupo político que agradava a seus interesses.

A influência dos Estados Unidos era sentida em praticamente todas as relações diplomáticas entre os vizinhos latino-americanos. Em crise econômica e com democracias frágeis, os países latino-americanos cediam à pressão dos Estados Unidos, cuja interferência em prol de conter uma suposta ameaça comunista é a chave para o correto entendimento das relações entre dois países tão próximos, mas em momentos políticos distintos, como o Brasil e o Uruguai. Após o golpe militar deflagrado no Brasil em 1º de abril de 1964, João Goulart, vice-presidente da República eleito, é retirado do poder e busca asilo no Uruguai.

O presente trabalho de conclusão de curso de licenciatura em História da Universidade de Brasília tem como objeto de estudo a Missão Especial do Brasil ao Uruguai, em abril de 1964, utilizando como fonte o relatório da missão e seus anexos. A Missão Especial se estabelece a fim de obter garantias de que João Goulart não estabeleceria domicílio em regiões fronteiriças com o Brasil.

O objetivo desta pesquisa é entender o contexto das relações Brasil-Uruguai, principalmente no período após a instalação do Regime Militar no Brasil, de forma a compreender a real intenção do governo brasileiro ao enviar uma Missão Especial ao país vizinho, sob a justificativa inicial de monitoramento de asilados políticos. A Missão, ainda que a maioria dos encontros entre os diplomatas tenham sido noticiados pela imprensa, não era uma Missão diplomática com seus reais objetivos tornados

públicos. Ou seja, não era de amplo conhecimento que o Brasil tinha enviado um emissário especial para pressionar o governo uruguaio a confinar João Goulart no departamento de Montevideu.

Não obstante, o significado da missão era diferente conforme o ângulo de quem o observava. Para a imprensa brasileira, o envio de um diplomata brasileiro ao Uruguai, bem como o reaparelhamento da Embaixada do Brasil e o estabelecimento de conversas de cunho diplomático foi praticamente ignorado. Para o regime brasileiro, a Missão era de extrema importância, pois se tratava de manter controle sobre o ex-presidente João Goulart e seus aliados, bem como impedir que uma resistência fosse formada no país vizinho.

Para o governo uruguaio, a presença de um diplomata brasileiro influente, como Jaime de Souza Gomes<sup>1</sup>, no cargo de ministro plenipotenciário em Missão Especial, causou, inicialmente, uma espécie de embaraço, pois demonstrava uma clara tentativa de interferência do novo governo brasileiro na forma com a qual o governo uruguaio tratava seus asilados. Para a imprensa uruguaia parecia ser uma demonstração de pressão, pois o Uruguai ainda não havia reconhecido o novo governo brasileiro, ainda que por fatores diversos e que serão explorados no decorrer deste trabalho.

O documento em si é uma fonte com a qual é possível entender, resguardados todos os cuidados ao se analisar um documento desta importância, não apenas as relações entre Brasil e Uruguai em termos de diplomacia, mas a forma como o novo regime se estabelecia e como gostaria de ser visto a partir daí, rompendo com a Política Externa Independente<sup>2</sup> (PEI), de Jânio Quadros e João Goulart. Por este motivo, as relações entre os vizinhos se fazem importantes, pois somente entendendo os conflitos diplomáticos que permeavam o continente é possível que uma análise séria seja feita.

---

<sup>1</sup> Jaime de Souza Gomes era chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores em 1964, deixando o cargo para assumir o cargo de chefe da Missão Especial. Iniciou a carreira diplomática em 1939 foi cônsul brasileiro em vários países europeus, tais como Suíça, Dinamarca, Holanda e Portugal. Após a Missão Especial ao Uruguai, tornou-se Embaixador no Paraguai até 1966 e de 1967 a 1973 foi Embaixador em Oslo, Noruega.

<sup>2</sup> Alguns fundamentos da PEI são: mundialização das relações internacionais do Brasil, atuação isenta de compromissos ideológicos, ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais (CERVO; BUENO, 2012, p. 333)

## **1. O continente americano no pós-Segunda Guerra**

### **1.1 O impacto da Revolução Cubana na diplomacia estadunidense**

O cenário político na América Latina, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi (e ainda permanece) amplamente influenciado pela política externa estadunidense. Quando analisamos o poder econômico e o tamanho da população, a posição de liderança dos Estados Unidos parece natural. Como consequência dos resultados da Segunda Guerra Mundial, ao final do qual os EUA puderam se consolidar como uma potência global, sua dominação no continente foi ampliada. Desde então, Washington construiu o que viria a ser conhecido como Sistema Interamericano, estruturado em instituições como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Soma-se a isso a instabilidade política vivida pelas principais nações latino-americanas no pós-guerra, período no qual várias delas saíram de governos autoritários muito recentemente, como é o caso do Brasil (governo de Getúlio Vargas) e do Uruguai (com o golpe de 1933 e a chamada “ditabranda” em 1942). Com a recusa de Washington em fornecer um plano de ajuda mais estruturado, tal como o plano de ajuda europeia conhecido como Plano Marshall, o contexto na América Latina era diferente,

Alegava-se que a América Latina sofrera menos na guerra e dela emergira em situação econômica muito melhor que a de várias regiões do globo. Ademais, a América Latina se beneficiaria indiretamente da recuperação econômica da Europa ocidental. Assim não haveria nenhum Plano Marshall para a região. (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 44)

A expansão do bloco socialista no pós-guerra, em oposição ao bloco capitalista, acabou por consolidar a disputa de influências entre EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Porém, devido ao enfraquecimento dos partidos comunistas da região e a distância do continente europeu, além do próprio fato de a América Latina passar por um breve período de restabelecimento da democracia, acreditava-se que ela não seria afetada por esta disputa e, consequentemente, estaria a salvo da influência socialista. Período democrático, aliás, que foi incentivado pelos

EUA que desempenharam um papel importante nesse sentido (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 25).

O governo estadunidense, na figura emblemática de John F. Kennedy, parecia querer apoiar a democracia no continente, principalmente com o lançamento da Aliança para o Progresso, em 1961. Mesmo com a pomposa soma de 20 bilhões (no prazo de dez anos) em ajuda à América Latina,

A Aliança para o Progresso diferia do Plano Marshall não só pela menor quantidade do fluxo de recursos, mas também porque promoveria ‘utilização melhor das capacidades’ da economia norte-americana, então com desemprego e excesso de produtos alimentícios. (CERVO; BUENO, 2012, p. 348)

Ainda assim, o governo dos EUA preconizou as “condições de segurança e rentabilidade para os investimentos privados norte-americanos, diante dos quais todo o intuito de favorecer reformas econômicas e sociais se desvaneceram.” (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 271). A Aliança para o Progresso encontrou resistência, inclusive no Brasil, onde nacionalistas a viam como uma forma de aumentar a dependência dos Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2012, p. 349).

Utilizando-se do Fundo Monetário Internacional (FMI) como meio de pressão, os EUA ditavam a forma com a qual as economias dos países do Cone Sul se desenvolveriam a partir daquele ponto. Dependentes de capital externo, os países latino-americanos tornaram-se devedores do FMI e se viram reféns de pressões internacionais (FINCH, 2018, p. 238). Diante desse cenário, vários partidos de esquerda tomaram forma e ganharam força em diversos países sul-americanos, como é o caso do Brasil, com Vargas/Goulart e o PTB, e do Uruguai, com o iminente crescimento da força dos sindicatos e movimentos estudantis, além de uma maior pressão popular por uma melhora na qualidade de vida.

A Revolução Cubana acabou por mudar esse paradigma. Não pela influência soviética, já que o socialismo somente foi assumido em 1961, mas pelo estabelecimento de um governo que, além se mostrar contrário à política estadunidense, iniciou uma reforma agrária que não apenas redistribuía terras, mas “atingia também os interesses de empresas açucareiras norte-americanas” (DONGHI, 1975, p. 320). Não apenas a reforma agrária, já mencionada, mas uma série de reformas sociais elevou a popularidade de Fidel.



O endurecimento das relações com Cuba, principalmente no governo Kennedy, levou a uma invasão à ilha, em 07 de abril de 1961. Kennedy acreditava que os cubanos iriam se levantar contra Castro caso houvesse um pretexto. Organizou a invasão, mas o resultado foi que a maioria dos 1.500 invasores envolvidos na operação foram capturados ou mortos. Provavelmente Kennedy foi mal assessorado e o sentimento anticomunista o levou a este erro estratégico. (KARNAL, 2007, p. 240).

O episódio conhecido como Crise dos Mísseis de Cuba tratou de azedar de vez as relações dos Estados Unidos com a ilha caribenha. Em 1962, a União Soviética instalou mísseis balísticos em Cuba e isso gerou um clima de instabilidade, inclusive com o temor de uma guerra nuclear. Nesse episódio, o governo brasileiro chegou a enviar o general Albino Silva, Chefe da Casa Militar de Goulart, para negociar com Fidel Castro e expor que o Brasil era contra a invasão de Cuba, que fora amplamente defendida pelos EUA, uma vez que o governo brasileiro tinha receios em relação à instalação dos mísseis (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 191-193). A crise acabou por resolver-se por meios diplomáticos entre EUA e URSS e o resultado foi a desativação a base soviética e a retirada dos mísseis balísticos que ameaçavam os Estados Unidos.

A questão que envolve o combate a eventos similares à Revolução Cubana em outros países vai muito além da política, pois envolve a influência financeira sobre o bloco. Com a chegada de capitais vindos da URSS e o estabelecimento de Cuba como zona de influência socialista consolidada, outros países, ainda em processo de redemocratização, poderiam seguir o mesmo caminho (DONGHI, 1975, p. 320).

Com o Golpe de Estado no Brasil e o realinhamento da política externa brasileira, os Estados Unidos passaram a contar com um grande aliado em sua política intervencionista, de forma que o Brasil comandado pelo Marechal Castelo Branco “pautou sua política exterior pelo alinhamento com as diretrizes dos Estados Unidos.” (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 353). A situação chegou ao ponto de o Brasil pressionar o Uruguai diplomática e militarmente devido ao fato de o país conceder asilo político ao ex-presidente brasileiro e seus apoiadores.

## 1.2 Conflitos diplomáticos na América Latina nas décadas de 1950 e 1960

É possível traçar dois pontos de influência na diplomacia da América. Um ponto que envolve o Cone Sul, incluindo o Brasil, a Bolívia e o Paraguai, além das nações tradicionais: Argentina, Uruguai e Chile, e outro que envolve a América Latina, do México à América do Sul, passando pela América Central, com ampla influência estadunidense.

No primeiro, houve uma grande disputa pela hegemonia da região conhecida como Cone Sul, principalmente no pós-guerra, envolvendo Brasil e Argentina. Países vizinhos, como o Uruguai, o Chile e o Paraguai estavam envolvidos em suas próprias dificuldades internas, mas conviviam com essa disputa e buscavam não rivalizar com as duas potências<sup>3</sup> da região. Em termos populacionais e territoriais o Brasil é superior à Argentina, mas a posição geográfica privilegiada, uma maior integração cultural com os vizinhos em comparação ao Brasil (o idioma é um ponto relevante) acabaram por ser fatores que fomentaram essa rivalidade. Outro fator vem da política desenvolvimentista adotada por Perón, em finais dos anos 40 e início dos anos 50. O peronismo, ou *justicialismo*<sup>4</sup>, como ficou conhecida a política do líder argentino, aumentou substancialmente o poder industrial da Argentina, mas sua política interna não era bem vista pelos EUA e os países que eram influenciados por este.

O segundo ponto em questão envolve a influência direta dos EUA. É notório que, independentemente das rivalidades envolvendo Brasil-Argentina, a influência dos EUA suplantava esta rivalidade. Como veremos posteriormente, os EUA financiavam a manutenção de governos tão naturalmente quanto financiavam sua deposição. É nesse sentido em que os dois pontos se conectam.

Tanto Perón, na Argentina, quanto Goulart, posteriormente no Brasil, sofreram com acusações de ligação com o comunismo. Nenhum dos dois governos era

---

<sup>3</sup> De acordo com Wight (2002, p. 5) “o poder que faz uma ‘potência’ é composto de muitos elementos. Seus componentes básicos são o tamanho da população, posição estratégica e extensão geográfica, recursos econômicos e produção industrial.”

<sup>4</sup> O *justicialismo*, ou peronismo, foi uma corrente ideológica fundada por Juan Domingo Perón que hoje se manifesta, principalmente, através Partido *Justicialista*, cujos ideais são: a soberania política, a independência econômica e a justiça social. É o maior partido argentino e o que possui maior número de vitórias nas eleições presidenciais, desde que foi fundado em 1946.

comunista e sequer tinham orientação ou a intenção de seguirem esse caminho. Tinham em comum a justiça social em sua base a adotavam a chamada “terceira posição”<sup>5</sup> na diplomacia. No caso brasileiro, a oposição utilizou do argumento da “ameaça comunista” como base e no caso argentino, a inspiração fascista de Perón, com centralização do poder e perseguição aos opositores, era o argumento que sustentava a oposição a seu governo.

Perón assumiu uma postura neutra, a qual não concordava totalmente com as práticas liberais estadunidenses e nem com o comunismo da URSS, a chamada terceira posição. Esta política consistia em aumentar, no plano internacional, o poder de barganha, ou seja, a possibilidade de negociar com propósitos nacionalistas (RAPOPORT; SPIGUEL, 1994, p. 35). Não obstante, a Argentina sofria com as sanções dos EUA e buscava apoio nos países vizinhos, principalmente para suprir o grande déficit de energia que, com o desenvolvimento industrial de seu país, aumentou exponencialmente. Apesar disso, Perón tendeu ao autoritarismo e perseguiu seus seguidores, diferentemente de Vargas, quando do seu mandato como eleito democraticamente, a partir de 1951, talvez por não possuir a mesma força de antes.

O Uruguai e o Paraguai viviam sob esse fogo cruzado. Democrático durante as décadas de 1950 e 1960, o Uruguai mantinha boas relações com os dois países, mas não apoiava Perón. Já o Paraguai, a partir de 1954, quando do Golpe que colocou Alfredo Stroessner no poder, adotaria o autoritarismo e viveria um dos períodos mais longos e difíceis de sua história, em meio a uma ditadura que perdurou até 1989.

O diálogo entre os presidentes do Brasil e Argentina, apesar da proximidade política, era distante. Perón buscava uma maior proximidade com Vargas, mas o presidente brasileiro se recusou apoiá-lo diretamente, muito pela ala militar brasileira repudiá-lo, notadamente com orientação estadunidense para tal. Um encontro entre os dois, sempre evitado por Vargas, acaba por nunca ocorrer (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 259)

Em meio a um clima que variava entre amizade e tensão entre as potências Brasil e Argentina pairava o receio de países menores, como o Uruguai e o Paraguai, de uma invasão de alguns destes países. O Uruguai, por ter uma política externa “liberal

---

<sup>5</sup> No Brasil, durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, essa posição diplomática ficou conhecida como Política Externa Independente.

demais”, conforme o Relatório da Missão Especial definiu, era o destino de vários opositores banidos dos regimes de Perón e Stroessner e acabava por sentir-se receoso quanto ao poderio dos países vizinhos. É sabido que o III Exército Brasileiro, que compreendia principalmente o Rio Grande do Sul, era o mais poderoso, seja para resistir a uma improvável, mas não impossível investida Argentina, ou para garantir que os países menores se sujeitassem às suas determinações, ainda que tudo não tenha chegado a sair do campo diplomático.

Em 1954, realizou-se em Caracas, capital da Venezuela, uma Convenção que tratava de asilo diplomático. Foi nesse momento que o Uruguai seguiu um caminho diferente, não apenas ao não ratificar imediatamente o acordo, o fazendo somente em 1967, mas criando uma lei própria, que era bem mais branda e concedia mais direitos ao asilado político do que os critérios estipulados pela Convenção (RME, vol. I, p. 14).

Em meio à necessidade de formação de alianças entre os países do Cone Sul e de pressões norte-americanas para que as alianças fossem por eles canceladas, Argentina e Brasil firmaram diversos acordos, que mantiveram o clima amistoso, apesar das mudanças de governo e de orientação política dos líderes destes países, a partir de 1950. O Brasil, indo de Vargas até a consolidação do Golpe Militar com Castelo Branco em 1964, passou por Juscelino Kubitschek (JK), Jânio Quadros e João Goulart. Já a Argentina viveu uma instabilidade maior neste período, pois conviveu com duas deposições presidenciais: Perón foi deposto em 1954 e Arturo Frondizi em 1962, já no final de seu governo.

Amplo defensor da expulsão de Cuba da OEA, os EUA pressionavam o Brasil e a Argentina a cederem em suas posições de neutralidade. O caso brasileiro era ainda mais firme do que o Argentino, pois Goulart, apesar das pressões internas das Forças Armadas, resistiu e não apoiou a expulsão de Cuba, tal como já tinha negado participação na tentativa de deposição de Fidel Castro. Frondizi, através de articulações diplomáticas, se absteve e não defendeu a expulsão de Cuba, mas no seu caso, o custo por não apoiar os Estados Unidos foi cobrado rapidamente. Sofreu um Golpe de Estado e viu seu mandato terminar mais cedo, embora tenha tentado mantê-lo ao ceder às pressões e romper relações diplomáticas com a ilha caribenha, apesar se abster expulsá-la (VIDIGAL, 2009, p. 75). Para os Estados Unidos, o Golpe a Frondizi teve como consequência, entre outros pontos,

Romper a frente formada entre o Brasil e a Argentina que, juntos, quase conseguiram impedir a expulsão de Cuba da OEA, em Punta del Este, e/ou socavar a Aliança para o Progresso e afrontar o presidente Kennedy, cuja política muitos militares, no Pentágono, julgavam demasiadamente branda. (SCENNA apud MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 336)

Independentemente da posição que cada líder político adotou, não havia embasamento legal para expulsão de Cuba da OEA senão pela imposição dos EUA. Nesse sentido, o Uruguai não bateu de frente com os EUA e votou pela expulsão da ilha caribenha. Por fim, em 1962, na Convenção realizada na cidade Punta del Este (no Uruguai), Cuba foi expulsa por 14 votos a favor e 6 abstenções, quórum mínimo para tal medida<sup>6</sup>.

Uma aparente contradição marcou a política externa estadunidense quando Kennedy assumiu o poder se negando a reconhecer governos ditatoriais na América Latina. A partir desse momento, em diversos países, incluindo o Brasil, o resultado da democracia acabava por levar ao poder governantes mais à esquerda e, embora não necessariamente contrários aos EUA, se viram forçados a rever determinadas influências econômicas deste país, como a aprovação, em 1962, da Lei 4.131, que ficou conhecida como Lei de Remessa de Lucros<sup>7</sup>. O esgarçamento econômico vivido pela maioria dos países latino-americanos, que possuíam uma industrialização tardia e uma dependência de exportações de *commodities* que diminuía seu ritmo nas décadas seguintes do pós-guerra, levou a um enorme endividamento dos países da região. Brasil, Argentina e Uruguai eram países que viviam esta conjuntura.

Naturalmente, o país que poderia socorrer aos endividados latino-americanos eram os EUA. O problema residia exatamente aí: para conceder empréstimos que mantivessem a economia dos países periféricos funcionando e, ao mesmo tempo, resguardar os investimentos norte-americanos nestes países, uma agressiva política de arrocho foi implantada pelo FMI (FINCH, 2018, p. 235). Então, a partir da década de 1960, Brasil, Argentina e Uruguai passaram a viver uma dependência econômica bastante severa dos EUA. O que se desenhou a partir daí foi,

---

<sup>6</sup> Os países que se abstiveram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México. O Haiti, o 7º deste grupo, que poderia impedir a suspensão de Cuba, mudou de posição no dia da votação, após reunião com a delegação dos EUA

<sup>7</sup> A Lei 4.131/62 tinha como objetivo limitar a fuga de capitais estrangeiros controlando a remessa de lucros dessas empresas estrangeiras. Somente foi regulamentada em 20 de janeiro de 1964.

além da necessidade de união entre os países vizinhos para tentar amenizar esta dependência, o fortalecimento de partidos de esquerda, que militavam contra os arrochos do FMI.

Restava aos Estados Unidos, a fim de evitar a “ameaça comunista” resultante da ascensão de políticas sociais, contar com o apoio das Forças Armadas de, praticamente, todos os países sul-americanos. Variando de caso a caso, mas diante de uma conjuntura comum, as Forças Armadas tomaram o poder em vários países com o apoio direto e indireto dos EUA. A justificativa utilizada sempre foi o combate ao comunismo, através de grandes campanhas propagandísticas, principalmente envolvendo a participação dos setores médios e elevados da sociedade que, naturalmente, sentiam menos os efeitos da estagnação econômica, já que a falta de investimento estatal não os afetava tanto.

Moniz Bandeira (2010b, p. 367), nos explica que a chave para entender a intervenção estadunidense na América Latina, o seu “problema fundamental, portanto, não era, na América Latina, a ameaça de subversão e sim a ameaça da própria democracia, cujo real funcionamento tendia cada vez mais a contrariar os interesses econômicos e objetivos políticos dos EUA”. Ou seja, para os Estados Unidos, não importaria, de fato, qual regime vigoraria em seus vizinhos desde que seus interesses fossem atendidos. Como a democracia, diante do discurso demagógico de defesa dos direitos e autonomia dos povos, mostrou-se contrária a esta posição, ditaduras foram defendidas e fomentadas.

Em contrapartida à ofensiva estadunidense, Fidel Castro começou a instigar e a sustentar a preparação de guerrilhas com o objetivo de contra-atacar os governos que cedessem às pressões norte-americanas e passassem a hostilizá-lo (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 351). O Brasil, a Argentina e o Uruguai não mantinham mais relações diplomáticas com a ilha caribenha já no fim de 1964.

À medida que os regimes democráticos foram sendo tolhidos, principalmente no Cone Sul, em uma espécie de reação em cadeia ante aos resultados “positivos” aos interesses estadunidenses, a influência das potências sul-americanas parecia diminuir. Apesar de o Brasil mostrar-se um vigoroso aliado do governo norte-americano, o embrutecimento do regime, principalmente após a continuidade da edição dos chamados Atos Institucionais, fez com que a relação do Brasil com seus vizinhos

somente se tornasse menos repulsiva após a implantação de ditaduras nestes países, com apoio dos EUA, naturalmente (SCHOULTZ, 2000, p. 397)

No Chile, Allende foi deposto em 1973 e sua deposição, enquanto resultado da ofensiva de Nixon, “a quem chamava de ‘filho da puta’, firmou o eixo da política de seu governo em relação à América Latina e, sobretudo, suas ditaduras. A direita militar, que poucos meses antes pudera parecer incômoda, transformara-se em aliada essencial.” (GASPARI, 2002b, p. 309). Sobre a morte de Allende, no momento da concretização do Golpe de Estado, cogitou-se que ele poderia ter sido assassinado, porém a versão mais aceita é a de que Allende suicidou-se em 11 de setembro de 1973.

Foi assim também com Stroessner no Paraguai, onde as relações com o Brasil se estreitaram e passaram a contar com vários projetos conjuntos em regiões de fronteira, também devido a fato de que Stroessner desejava libertar o Paraguai do domínio argentino (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 292). No caso uruguaio, com a instalação da ditadura em 1973, a situação dos asilados políticos tornou-se crítica. O ex-presidente brasileiro deposto, João Goulart, passou a temer um atentado contra sua vida, não apenas no Uruguai, mas também na Argentina, que vivia uma sangrenta e opressora ditadura (FERREIRA, 2011, p. 655-6)

A Missão Diplomática ao Uruguai situa-se em meio a todo este contexto de instabilidade política no Cone Sul, em um momento de grande fragilidade democrática e ampliação da influência estadunidense. A maneira pela qual o novo governo brasileiro foi, rapidamente, sendo reconhecido pelos EUA e seus apoiadores, também pode ter sido um fator de impulsão à Missão. Ou seja, era necessário, ao novo governo brasileiro, impor-se diante de um vizinho que se prestava a asilar o que poderia ser o seu maior opositor, sem que tivesse reconhecido a nova ordem estabelecida no Brasil.

## **2. Panoramas internos Brasil – Uruguai**

### **2.1 O Brasil de João Goulart e o Golpe de Estado**

No Brasil, o contexto político após o primeiro governo de Getúlio Vargas se mostrava favorável à manutenção da democracia. O governo Juscelino Kubistchek, eleito para um mandato de 5 anos em 1955, teve como características o desenvolvimento econômico e a implantação do Plano de Metas, no qual um dos pontos mais importantes foi a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília<sup>8</sup>. Nas eleições de 1960 (não havia reeleição no Brasil), a escolha do presidente e de seu vice era feita através de votações distintas. Sendo assim, Jânio Quadros, político populista de direita, foi eleito para a Presidência da República como sucessor de JK, teve como vice-presidente João Goulart, conhecido como Jango, representante direto do trabalhismo e principal herdeiro político de Vargas, que nas eleições de 1955 já tinha conseguido mais votos que o próprio JK.

Goulart era um homem do campo. Embora empresário pecuarista e dono de uma grande fortuna à época, fez sua trajetória política através das lutas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e seguiu os passos, pelo menos no que se refere à base política, de Getúlio Vargas. Era homem da mais alta confiança de Vargas, chegando a ser o intermediário entre Perón e Vargas, contribuindo para estreitar as relações com a Argentina (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 132).

Em 1961, Jango assumiu seu segundo mandato como vice-presidente pelo PTB, apesar da derrota do Marechal Lott, candidato à presidência do partido trabalhista. Em 1961 ocorreu a desastrosa renúncia de Jânio Quadros que, enfraquecido politicamente, acreditava que a população iria às ruas lutar pela sua permanência no poder, fato este que não aconteceu. Como resultado, o Congresso brasileiro aceitou a renúncia de Jânio Quadros, mas relutou em empossar Jango.

Forças políticas e militares internas e a pressão internacional pelo estabelecimento de um governo mais à direita, tentaram impedir a posse de Jango. Porém, Leonel Brizola, cunhado de Goulart e governador do Estado do Rio Grande do

---

<sup>8</sup> Iniciou a construção de Brasília em 1957 e a inaugurou em 21 de abril de 1960.



Sul, iniciou a denominada Campanha da Legalidade, em prol da garantia da posse e, consequentemente, pelo cumprimento da Constituição. Após algumas negociações, principalmente com a tropa do Rio Grande do Sul, Jango foi empossado, embora limitado por um parlamentarismo<sup>9</sup>.

João Goulart tinha como uma dos pilares do seu governo executar as reformas de base e o sistema parlamentarista funcionaria como um freio para suas iniciativas. Era notório que este tipo de política não agradava aos interesses dos EUA, que eram credores de diversos empréstimos brasileiros, principalmente após a construção da nova capital e a execução do Plano de Metas por JK. Em decorrência de dificuldades financeiras e cambiais, o governo brasileiro aproximou-se da URSS, restabelecendo as relações diplomáticas, cujo índice de crescimento do comércio era o maior do mundo, na ordem de 6,47% (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 153), aumentando consideravelmente a desconfiança sobre o governo de Jango em vista de uma quebra de monopólio comercial com o bloco capitalista.

Consequentemente, o empresariado brasileiro, insatisfeito com as políticas adotadas pelo novo governante e, contando com o apoio internacional, suscitou a desconfiança do governo estadunidense acerca das intenções de Jango. Nada indicava que Jango tinha tendências a adotar o socialismo no Brasil, mas sim seguir as diretrizes partidárias que o elegeu e na qual construiu sua vida política, ou seja, a causa trabalhista, através da melhoria na condição social da população brasileira (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 314).

Entretanto, o governo norte-americano, em defesa dos interesses de seu empresariado e por meio de pressões financeiras que dificultavam a estabilidade econômica brasileira, forçava Goulart a cumprir os acordos com o FMI. Em vista de uma inflação crescente e de dificuldades em realizar os pagamentos de empréstimos tomados, principalmente no governo de Kubitscheck, somadas às remessas de lucros das empresas estadunidenses que retornavam ao país de origem sem o esperado reinvestimento, Goulart cedeu. Demonstrou assim, mais uma vez, uma atitude contrária à esperada de um governo com fortes tendências comunistas.

---

<sup>9</sup> O parlamentarismo foi implantado às pressas para impedir que Jango exercesse plenos poderes ou que um Golpe acontecesse já em 1961. (FERREIRA, 2011, p. 266). Seu primeiro-ministro foi San Tiago Dantas, que logo após o retorno ao sistema presidencialista, foi nomeado para Ministro da Fazenda por Jango. (CERVO; BUENO, 2012, p.385)

Em relação à política internacional preconizava a independência das nações, como aconteceu no caso da oposição ao bloqueio de Cuba e que se consolidou com a política externa independente. Parece claro que Goulart adotava o posicionamento contrário às pretensões estadunidenses com receio de ser ele próprio alvo destas intervenções.

Figura de papel fundamental para explicar o endurecimento da política externa norte-americana em relação ao Brasil, o embaixador estadunidense Lincoln Gordon, alertava Kennedy de que a política para o Brasil “deveria limitar-se a incentivar os setores identificados com o centro político, a apoiar com dólares candidaturas de conservadores nas próximas eleições legislativas” (FERREIRA, 2011, p. 312) em 1962. Alegando combater o comunismo, A CIA coordenava as ações de propaganda de grupos contrários à Goulart, como os dois institutos direitistas brasileiros, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que foi dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), representante direto do empresariado (FERREIRA, 2011, p. 314)

Apesar das vitórias nas eleições que renovaram o Congresso em 1962 e no plebiscito que restaurou o presidencialismo em 1963, Goulart perdia influência à medida que demonstrava tendências à esquerda (embora não socialistas) e sofria com a enorme pressão das Forças Armadas e dos setores à direita da sociedade, financiados pelos EUA. Segundo Moniz Bandeira (2010a, p. 179):

Com esse primoroso trabalho de corrupção, inédito na história do Brasil, a CIA não somente aliciou empresários, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores de Estado, jornalistas, mas donas de casa, estudantes, dirigentes sindicais, padres e camponeses, enfim, elementos de todas as classes e categorias da sociedade civil brasileira.

O recrudescimento da oposição ao governo de Goulart, estimulada pelo governo norte-americano, mesmo após demonstrações de que a população mais pobre apoiava o seu governo, fez com que a possibilidade de Golpe contra Jango se mostrasse clara já em 1963. A articulação de diversos grupos contrários ao governo, ligados ao empresariado, oficiais das Forças Armadas, inclusive com apoio de antigos aliados como o general Amaury Kruel, que fora seu Ministro da Guerra, deixou Goulart em posição delicada, já que, ao que tudo indica, ele sabia dessas articulações, mas nada podia fazer para impedi-las (GASPARI, 2002a, p. 101).

O assassinato do presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy ocorrido em 1963, levou ao poder o seu vice, Lyndon Johnson, menos moderado que Kennedy, que não se opôs à aproximação da CIA e ao envio de dinheiro e armas para o Brasil, afinal tinha receio de que o Brasil se tornasse uma nova Cuba, mas em um país de proporções continentais. Além disso, acreditava-se que uma guerra civil eclodiria no Brasil assim que o Golpe fosse deflagrado, o que, de fato, não ocorreu (GASPARI, 2002a, p. 100).

O General de Exército Humberto de Alencar Castelo Branco era o chefe do Estado Maior do Exército em 1963. Amigo de Vernon Walters, coronel reformado e adido militar da CIA, era considerado um homem erudito, de perfil moderado e se mostrou a figura perfeita para assumir o controle do poder após a deposição de Jango. Detinha total apoio da CIA e da Embaixada dos Estados Unidos, que possuíam informações sobre a movimentação de Castelo Branco no sentido de trazer para seu lado as lideranças militares de outros Estados. Se necessário, contaria com o apoio norte-americano através da Operação *Brother Sam*, que consistia em apoio logístico caso houvesse resistência dos militares fiéis a Jango (CERVO; BUENO, 2012, p. 390).

Com a precipitação do general Olympio Mourão Filho ao colocar as tropas de Minas em marcha sobre o Rio de Janeiro, já no dia 31 de março, com apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, Goulart partiu para Brasília, mas não encontrou condições de resistir e seguiu para o único estado em que Goulart parecia seguro, o Rio Grande do Sul, onde Brizola depusera o governador Ildo Meneghetti <sup>10</sup> e tentava resistir (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 343). Por fim, Jango acabou por exilar-se no Uruguai, após recusar-se a incentivar uma resistência armada.

Diversos fatores favoreceram a eclosão do Golpe já em 1º de abril, mas as diversas manifestações, financiadas por empresários e pela ajuda externa, principalmente dos EUA, somadas à divisão existente no Exército, que quase levou a um confronto entre as tropas de Minas e as tropas do Rio de Janeiro, foram o ponto final ao governo de João Goulart. Em uma análise profunda sobre o ocorrido, Moniz Bandeira (2010a, p. 351-352) expõe uma popularidade crescente de João Goulart,

---

<sup>10</sup> De fato, Ildo Meneghetti não chegou a ser deposto por Brizola, mas transferiu, temporariamente, a capital do Estado do Rio Grande do Sul para a cidade de Passo Fundo, no dia 1º de abril, devido ao clima de insegurança que pairava no Palácio Piratini (sede do governo gaúcho) e por ser Porto Alegre uma zona de influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), podendo gerar uma resistência ao Golpe. (ZARDO, 2010, p. 8-9)

através de pesquisas do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública) que apontavam uma popularidade de Jango, quando caiu, de 76% e conclui que:

A versão de que os militares intervieram e derrubaram o governo João Goulart para atender ao reclamo da opinião pública, que a imprensa e as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, manipuladas pela CIA, expressariam, não passou, portanto, de uma falácia, que os números apontados pela pesquisa do IBOPE eloquentemente desmontam.

O chamado “perfil legalista” de Castelo Branco, aliás, foi o que o levou a frisar, por diversas vezes, diante de correspondências diplomáticas trocadas entre a Embaixada Brasileira em Montevidéu e o Governo Uruguaio, que seu governo era legítimo e constitucional. A edição do Ato Institucional (AI) de 9 de abril de 1964 demonstrou o contrário. O AI número 1<sup>11</sup>, inicialmente, não tinha número, pois esperava-se que seria o único (mas não foi), mas foi utilizado para colocar Castelo Branco no poder, cassar opositores e foi uma clara demonstração de autoritarismo e afronta à Constituição. Obviamente os EUA apressaram-se em reconhecer o Governo de Castelo Branco como legítimo, contrariando os princípios que outrora defenderam.

## **2.2 O Uruguai e o Conselho Nacional de Governo**

Em meados do século XX, o Uruguai vivia uma crise econômica e social em que o poder que antes era concentrado nas mãos dos pecuaristas e do meio rural em si, teve que rivalizar com a expansão das cidades e a industrialização. Já no início da década de 1950, Montevidéu expandiu sua população de forma a que quase a metade de toda a população uruguaia lá vivia (RAMA, 1987, p. 71).

Inspirado no início do século por José Batlle y Ordóñez, o batllismo uruguaio, que previa uma grande intervenção estatal seguida de avanços sociais

---

<sup>11</sup> O Ato Institucional de 9 de abril de 1964, entre outros pontos, frisou o caráter autêntico e popular do que foi chamado de revolução e estabeleceu eleições indiretas para os cargos de presidente e vice-presidente da República. Apesar de não revogar a Constituição de 1946, a mesma foi modificada e os poderes do Presidente da República, ampliados. Foi assinado por uma junta militar que se autodenominou Comando Supremo da Revolução, contando com membros das três forças (Marinha, Exército e Aeronáutica).

controlados pelo Estado, seguia como uma política colorada dominante, mas passava a contar com correntes liberais, como a Lista 15<sup>12</sup>, encabeçada já pelos seus herdeiros.

O herdeiro direto da política de Batlle y Ordóñez e sobrinho deste, Luís Batlle Berres, gozava de enorme popularidade após ter sido presidente de 1947 a 1951 durante um período em que, no pós-Guerra, a balança comercial uruguaia foi positiva. Impedido de se reeleger devido à vedação constitucional, o partido colorado permanece no poder, desta vez com Andrés Martínez Trueba. Para surpresa de Luis Batlle, Trueba organizou um plebiscito que propunha uma mudança constitucional e no sistema de governo, onde seria estabelecido um Conselho Nacional de Governo. Dessa forma, a figura de Luis Batlle deixaria de ser protagonista no partido colorado, sendo enfraquecido no novo sistema, mesmo tendo ele sido o primeiro presidente do CNG após as eleições de 1955.

O Conselho em si era formado por nove membros, sendo seis membros do partido vencedor (neste caso detentor da maioria) e três membros do partido com o segundo maior número de votos. O Conselho acumulava inúmeras responsabilidades, desde a escolha de ministros, bem como de presidentes de agências governamentais e serviços não essenciais, sendo que o Senado precisaria referendar tais nomeações (CHASQUETTI, 2004, p. 77).

O Conselho Nacional de Governo instaurado em 1952, cujo primeiro presidente foi o próprio Trueba, que concluiu seu mandato liderando o CNG até o início de 1955, tinha algumas particularidades que o tornavam ao mesmo tempo, uma boa demonstração de pluralidade dos poderes, pois os principais partidos possuíam representantes no Conselho, mas um modelo relativamente ineficiente de governar, por dificultar uma rápida tomada de decisões. Praticamente todas as decisões do presidente do conselho precisavam ser referendadas pelos membros restantes, para se estabelecer uma maioria. De forma que,

A pesar de que la solución institucional de consenso descomprimía la insatisfacción de los principales sectores de los partidos tradicionales, en los años siguientes surgirían graves problemas vinculados a la eficacia gubernativa y a la pérdida de legitimidad del sistema político. (CHASQUETTI, 2004, p. 78)

---

<sup>12</sup> A “Lista 15” é uma ala interna do Partido Colorado liderada Por Luis Batlle Berres, criada em oposição à tradicional Lista 14, ala mais conservadora do partido e liderada pelos filhos de Batlle y Ordóñez (FINCH, 2018, p. 235).

Em 1962, após mais uma renovação do colegiado, que assumiria em 1963, novamente os *blancos* saem vencedores, no que se tornou conhecido como segundo colegiado *blanco*, já que em 1958, os *blancos* venceram as eleições após 95 anos de governos colorados. Em 1964, quando da queda de João Goulart no Brasil, o presidente do Conselho Nacional de Governo Uruguaio era o político *blanco* Luis Giannattasio Finocchietti que assumira o cargo de Chefe de Governo e de Estado brevemente, pois falecera em 1965. Cabe salientar que, após Trueba, um novo presidente do Conselho era eleito, entre os nove presentes, com mandato de um ano, renovado a cada 1º de março. Foi com Giannattasio que o governo militar brasileiro, após o Golpe de 1964, tratou acerca dos problemas com os asilados políticos, mais especificamente João Goulart.

Em termos econômicos, o Uruguai, tal como a maioria dos países latino-americanos, passava por uma crise financeira, em que o poder de compra da população sofria um declínio quase que ininterrupto desde 1957 (FINCH, 2018, p. 235). Seguindo as orientações do FMI, o governo *blanco* implantou uma reforma econômica com resultados aquém do esperado e diante da dicotomia que se desenhara no continente, entre Estados Unidos e Cuba, o imperialismo norte-americano foi eleito como um dos pilares da crise que afetava a economia, tão dependente das exportações, resultando em uma maior mobilização sindical em contrapartida, tal como nos explica Finch (2018, p. 236):

Ao mesmo tempo, o anti-imperialismo e as exigências de reforma estrutural suscitados pela estagnação econômica, que permitiram um grau muito mais elevado de unidade ideológica do que nas décadas anteriores, juntamente com a maior militância do movimento estudantil, contribuíram para a formação do primeiro sindicato comercial unificado, a Convención Nacional de Trabajadores (CNT), em 1964.

Como resultado, movimentos estudantis e sindicais ganhavam força no Uruguai, como forma de mostrar insatisfações com as atitudes do governo diante da crise econômica da década de 1960. Surgidos, inicialmente, de forma apartidária, Rama (1987, p. 97) defende que os movimentos sindicais e estudantis recrudesceram como respostas a uma crise de identidade do povo uruguaio. Nesse sentido, não seriam as representações *blanca* e *colorada* suficientes para que esses movimentos se sentissem representados.

Em termos diplomáticos, a despeito da rivalidade local entre Brasil e Argentina, na qual zonas de influências eram disputadas devido às instabilidades políticas da região, o Uruguai “adotara como a regra mais importante de sua política exterior – só raras vezes alterada, a exemplo de quando se opôs ao governo de Perón – conservar a mais estrita neutralidade *vis-a-vis* dos interesses do Brasil e da Argentina.” (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 291). Provavelmente por ter esta política neutralidade como regra, apesar da aceitação de João Goulart como asilado, o Uruguai não desejava um conflito diplomático com o Brasil, ainda que não abrisse mão de impor sua soberania nas ações diplomáticas.

Para efeitos comparativos e para que se possa esclarecer o abismo que separavam Brasil e Uruguai, em termos econômicos, populacionais e territoriais em 1964, ano da Missão Especial ao Uruguai, o PIB uruguaio, de acordo com o Banco Mundial, era de menos de 2 bilhões de dólares, enquanto o PIB brasileiro era superior a 500 bilhões de dólares. Em relação à população, o Uruguai possuía 2,6 milhões de pessoas, enquanto o Brasil possuía mais de 80 milhões de pessoas, segundo dados da mesma fonte. O dado populacional, inclusive, chama atenção, pois a população uruguaia pouco variou ao longo dos anos, já que em 2019 o Brasil supera os 200 milhões de habitantes enquanto o Uruguai possui cerca de 3,5 milhões de habitantes. Em termos territoriais, o Brasil possui uma área de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, enquanto o Uruguai possui um território aproximado de 176 mil km<sup>2</sup>.

Parece claro que não foram apenas a tendência à esquerda da imprensa, que noticiou amplamente o ocorrido no Brasil e manifestou solidariedade à Goulart, e o apoio da população uruguaia, os motivos que levaram Goulart a solicitar asilo no Uruguai (assunto a ser discutido mais à frente). O que se tinha certeza era que um país em que a população o rejeitasse seria um caminho mais fácil à perseguição urdida pelo novo Governo brasileiro, com amplo apoio dos EUA. É nesse sentido que os laços de Goulart com o país vizinho foram fatores muito importantes.

### **3. A Missão Especial ao Uruguai**

#### **3.1 Análise inicial da Missão**

Em 13 de abril de 1964, foi enviada ao Uruguai, uma Missão Especial, sob a liderança do diplomata Jaime de Souza Gomes, a fim de obter garantias diante do governo uruguaio de que os asilados territoriais, provenientes do Brasil, não iriam se estabelecer em regiões de fronteira, com o intuito de evitar a organização de uma resistência ante ao recém-empossado governo militar. Naturalmente, o maior alvo da Missão era João Goulart, presidente deposto em 1º de abril e que, já em 04 de abril, encontrava-se em território uruguaio.

A utilização como fonte primária do Relatório<sup>13</sup> da Missão Especial ao Uruguai, datado de 22 de maio de 1964 e dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha e ao Presidente da República, General Castelo Branco, torna a pesquisa bastante abrangente, mas exige que se tenham alguns cuidados diante das possíveis conclusões a se tirar do referido Relatório. Através de diversos memorandos<sup>14</sup>, as orientações do Ministério das Relações Exteriores eram passadas ao o chefe da Missão, que respondia os memorandos com o relatório do que foi discutido em reuniões com as autoridades uruguaias.

Seguindo a linha de orientação de Bacellar (2018, p. 66), “é fundamental, ao se trabalhar com qualquer fonte, discutir os critérios possivelmente adotados por quem a produziu, de modo a melhor decifrar a informação que ela nos fornece.” Ou seja, diante do contexto em que o Relatório se insere e, para que não se corra o risco de cometer um ato anacrônico, é importante esclarecer que para o autor do Relatório e para o destinatário do mesmo, o Golpe Militar ocorrido em 1964 teria sido uma Revolução e a exaltação à mesma é percebida em diversos pontos do documento.

---

<sup>13</sup> A partir deste ponto, o Relatório da Missão Especial ao Uruguai, de abril de 1964 juntamente com seus volumes, será mencionado como “RME”, nas demais citações. Trata-se de um documento secreto que somente tornou-se disponível depois de decorrido o tempo para a quebra de sua classificação. Atualmente, a Lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, dispõe que documentos secretos perdem a sua classificação após 15 anos. Sendo assim, o Relatório da Missão Especial ao Uruguai trata-se de um documento público.

<sup>14</sup> O documento é composto por anexos que são formados por correspondências oficiais trocadas entre os governos brasileiro e uruguaio, mas principalmente entre a embaixada do Brasil no Uruguai e o Ministério das Relações Exteriores.



Porém, mesmo diante da análise das pessoas envolvidas no chamado “Movimento Revolucionário”, não houve, de fato, revolução alguma. Ernesto Geisel, general-presidente de 1974 a 1979, um dos principais articuladores do golpe e também da chamada “distensão”, que iniciou a redemocratização do Brasil, disse, em entrevista ao jornalista Elio Gaspari, em 1981:

O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma idéia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção. Em primeiro lugar, nem a subversão nem a corrupção acabam. Você pode reprimi-las, mas não as destruirá. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução. (Apud GASPARI, 2002a, p. 139)

Como em qualquer troca de governo, principalmente quando envolve governos de ideologias tão diferentes, há um reaparelhamento das Embaixadas, de modo a que os novos diplomatas reflitam os objetivos do novo governo. A Missão Especial, neste caso, também atuou como uma ferramenta para reaparelhar a Embaixada brasileira em Montevidéu, solicitando a realocação de antigos membros e a alocação dos novos enviados vindos do Brasil.

Com a nova ordem política estabelecida no Brasil após o 1º de abril de 1964 e a cassação dos direitos políticos do presidente deposto em um Ato Complementar do chamado “Comando Supremo da Revolução”, em 10 de abril, a missão tomou forma apenas três dias após, no dia 13 abril, dois dias antes da posse oficial de Castelo Branco, no dia 15. A rapidez com a qual ela se estabeleceu pode ser justificada pela necessidade em se sufocar uma eventual resistência, mas também, e essa é uma hipótese, com o pretexto de se obter, o mais rapidamente possível, o reconhecimento e apoio do país vizinho no qual o ex-presidente buscou asilo.

A missão diplomática do Brasil ao Uruguai, despertou interesse da imprensa uruguaia e, talvez, um receio no governo uruguaio de que as pressões exercidas pelo Brasil, caso não encontrassem uma resposta satisfatória, levassem a um conflito além do campo diplomático. Concomitantemente a este ponto, outros fatores se mostraram importantes como o fato de ser uma Missão especial de caráter extraordinário, em um contexto político que envolvia sistemas de governo totalmente distintos, com o povo uruguaio se mostrando contrário ao que acontecia no Brasil e conclui-se que seria uma Missão bastante delicada e repleta de conflitos ideológicos.

Alguns pontos podem ser considerados “chave” para tamanho interesse brasileiro em enviar uma Missão Especial “apenas” para receber salvaguardas em relação ao domicílio de alguns asilados políticos. Em primeiro lugar, tratava-se de ninguém menos de um ex-presidente deposto por um Golpe Militar, mas que gozava de 76% de aprovação no início de 1964 (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 351) ou seja, era uma figura popular. Em segundo lugar, Jango foi recebido como um presidente democrático do Brasil, que fora vítima de um golpe, e não como um asilado comum, vítima de perseguição política. Em terceiro lugar, os aliados de Jango eram figuras como Leonel Brizola, deputado federal pelo Estado da Guanabara e ex-governador do Rio Grande do Sul, e diversos parlamentares cassados e obrigados a buscar exílio fora do país, ainda que nem todos estivessem exilados no Uruguai naquele instante. Por fim, mas não menos importante, a resistência do Conselho Nacional de Governo uruguaio em reconhecer o novo governo brasileiro, impulsionado pela popularidade de Jango no país e a forte oposição da imprensa, que se referia aos militares brasileiros como *gorillas*, conforme mostra o Jornal Marcha de 03 de abril de 1964, demonstra que a Missão Especial encontraria um território hostil pela frente.

A relação de João Goulart com o Uruguai era um ponto que incomodava o novo regime imposto no Brasil. O momento político vivido pelo Uruguai tratou de facilitar o estabelecimento de Jango neste país. Goulart e alguns membros do PTB acreditavam que a situação política no Brasil se normalizaria rapidamente, permitindo seu retorno e de seus aliados (FERREIRA, 2011, p. 543). O Uruguai vivia um período democrático, era liberal em termos de manifestação política pela imprensa, a oposição estava, de certa maneira, controlada e, apesar da insatisfação de vários setores pela ineficiência do sistema de governo em forma de Conselho, as instituições funcionavam e as Forças Armadas não detinham tanta influência sobre o governo. (RME, vol. I, p. 9)

O histórico de vida de Jango também contava a favor para seu rápido estabelecimento em solo uruguaio. Era um grande estancieiro gaúcho e lutava pelas causas sociais no Brasil. Como ele mesmo dizia, “Não sou nem nunca fui comunista. Minha política foi eminentemente nacionalista, e foram os monopólios nacionais e estrangeiros que fomentaram a revolta, preocupados com as leis de nacionalização do petróleo e da reforma agrária” (Apud FERREIRA, 2011, p. 543). Devido à já mencionada situação econômica dos países do Cone Sul, após os arrochos do FMI e a

insatisfação de grande parte da população, era uma figura respeitada, além de carismática, muito por sua história de luta ao lado dos trabalhadores. Já as autoridades uruguaias o respeitavam por conta, além disso, dos investimentos de Goulart, que foram sendo ampliados ao longo dos anos, mas ele já era considerado um grande investidor já em 1964.

Preocupação constante do regime ditatorial brasileiro, Leonel de Moura Brizola era cunhado de João Goulart e seu maior aliado, ao menos considerando a posição política de ambos (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 362). Depois da “Campanha da Legalidade”, na qual Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, lutou para que Jango fosse empossado, as divergências com Goulart se ampliaram. Ainda assim, era uma grande preocupação do novo governo brasileiro pela sua capacidade de articulação e sua ligação com Fidel Castro e Che Guevara. Brizola asilou-se, também, no Uruguai, cerca de um mês após Jango, quando ainda tentava organizar uma resistência em solo brasileiro.

A Missão Diplomática em si, consistiu, após o aparelhamento da Embaixada e do credenciamento do diplomata Souza Gomes diante do governo uruguaio, em diversas reuniões que ocorreram durante o mês de abril de 1964. Reuniões estas que serão tratadas daqui pra frente.

A primeira destas reuniões se deu com os próprios membros da missão e com integrantes da Embaixada no Uruguai. Coube ao diplomata Souza Gomes o papel de transmitir os objetivos da Missão, bem como de expor alguns dos conflitos existentes entre o novo governo brasileiro e o governo uruguaio, tais como a demora em reconhecer o novo governo brasileiro, a legislação uruguaia que foi considerada permissiva e a simpatia demonstrada ao ex-presidente João Goulart. Além disso, Souza Gomes recebeu, principalmente do Adido Militar, o Major Fernando Valente Pamplona, um breve panorama da situação militar no Uruguai.

De todos os empecilhos à Missão Especial que serão tratados daqui pra frente, sem dúvida, o maior era a legislação uruguaia. O Brasil desejava obter do Uruguai providências que a legislação uruguaia simplesmente não permitia. Não se tratou apenas de uma batalha ideológica entre o novo regime brasileiro e a excessiva liberdade concedida pelo Uruguai, mas de um conflito legal. Como já foi mencionado anteriormente, em 1954, na cidade de Caracas, na Venezuela, houve uma Convenção

sobre Asilo Diplomático envolvendo os Estados membros da OEA. Embora a maioria dos países tenha assinado o acordo, alguns deles não ratificaram imediatamente, como é o caso do Uruguai, que só o fez em 1967, após algumas reservas, que não alteraram a base da Convenção.

Ainda mais conflituosa se tornou a situação da Missão Especial, ao se deparar com decreto uruguaio, datado de 5 de julho 1956, que dispunha sobre Refugiados Políticos Estrangeiros. Neste decreto (RME, vol. II, doc. 12), em seu artigo 2º, diz que:

Todo refugiado deberá inscribirse en un registro que al efecto llevará el Ministerio del Interior, en el que constará, además de la identidad del interesado y la resolución que dispuso el otorgamiento del refugio, el domicilio o lugar de residencia que libremente fije el refugiado. Antes de trasladar su domicilio o residencia, el refugiado deberá declarar donde fijará su nuevo domicilio o su nueva residencia.

Ou seja, a Missão Especial tinha que conseguir que o governo uruguaio não seguisse a própria legislação interna e seguisse uma Convenção Internacional não ratificada, ao exigir que Goulart fosse confinado a Montevideu ou mesmo fosse deportado. Ademais, o principal argumento brasileiro para que o Uruguai cedesse aos ensejos do novo governo consistia na existência de uma Convenção Internacional no qual o Uruguai ainda não tinha ratificado, ou seja, encontrava-se sem valor, para a lei uruguaia, a Convenção de Caracas sobre Asilo Territorial.

Em um primeiro momento, em análise mais fria, pode-se imaginar que a Missão nasceu fadada a não lograr êxito. Porém, em se tratando de diplomacia, nem tudo é como parece ser. O poder de negociação de um país diante de outro é proporcional à influência que um exerce sobre o outro. No caso uruguaio, diante de um regime autoritário recém-instalado no Brasil, a partir de um Golpe, os receios eram justificados. Muito embora não se tenha falado abertamente sobre uma invasão militar brasileira, e essa possibilidade se mostrava menos remota do que se supunha, o Uruguai sabia que o III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, era o mais poderoso e bem equipado.

Cabe salientar que, dentre as instruções do Ministério das Relações Exteriores do Brasil à Missão Especial, consta que o Emissário Especial poderia frisar que “O não-atendimento às solicitações do Governo brasileiro levaria este a aumentar suas precauções na área fronteira com o Uruguai, com possível reforço de

contingentes militares” (RME, vol. I, p. 6), em uma situação em que as negociações evoluíssem de forma negativa. Não se tratava de um blefe. Ao assumir uma posição alinhada aos EUA, o Brasil passaria a ser obrigado a agir em um caso de subversão, em uma situação em que um governo pudesse assumir uma orientação comunista. Não era o caso uruguaio, mas ainda assim, o Exército sediado no Rio Grande do Sul, “entrou em regime de prontidão, em várias ocasiões, com o objetivo de invadir o Uruguai e, em 24 horas, ocupar Montevideú”. (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 382)

Apesar de contar com o apoio estadunidense, o novo governo brasileiro não desejava um conflito militar com o Uruguai. Independentemente se ia ser longa ou não, uma eventual invasão brasileira ao Uruguai custaria vidas, geraria um desgaste e enfraqueceria o apoio ao novo governo. Internacionalmente, os motivos também seriam um problema, pois eram bastante frágeis e fariam com que o Brasil marchasse contra os acordos internacionais que assinou e utilizava como poder de barganha. Por fim, o argumento de reforço na fronteira e aumento das tensões militares não chegou a ser utilizado.

Seguindo um cronograma de reuniões que se realizariam ao passar dos dias, a primeira das reuniões deu-se com o presidente do CNG, Luis Giannatasio. A reunião transcorreu de forma amistosa, e a exposição de Souza Gomes tratou de frisar os eventuais problemas que seriam enfrentados pelos dois países, caso João Goulart organizasse uma resistência e pudesse estabelecer moradia em qualquer região do país, principalmente as fronteiriças. Diplomáticamente, reiterava que

Tal posição não representava nenhuma impertinência do Governo brasileiro; antes, significava o cuidado de sugerir uma medida preventiva que afastasse futuras dificuldades, ao propiciar controle eficaz das atividades dos asilados, mormente, no que concerne a entrevistas à imprensa, rádio e televisão. (RME, vol. I, p. 14)

Ou seja, o governo brasileiro demonstrava a preocupação de que João Goulart pudesse fomentar uma resistência até mesmo com possíveis entrevistas à imprensa. A fim de evitar que isto acontecesse, a diplomacia argumentava que a lei uruguaia não permitia que o asilado integrasse ou participasse de qualquer ação violenta e que influenciasse o país de onde procedia (RME, vol. I, p. 14). Não era esse o caso, mas ainda assim utilizou o argumento de que a Bolívia cedeu em um caso que envolveu

sargentos brasileiros, confinando-os no departamento de La Paz, mesmo não sendo obrigada pela Convenção de Caracas, de 1954 (RME, vol. I p. 15).

A contra argumentação de Giannatasio seguiu a linha dos empecilhos legais, onde mencionou a existência de lei uruguaia própria que tratava da liberdade de estabelecimento de domicílios por parte dos asilados. Realçou a dificuldade institucional em se aprovar qualquer medida desta ordem, pois a mesma deveria submeter-se ao colegiado do CNG, devendo ser aprovada por maioria. Giannatasio era o presidente do Conselho, mas não tinha esse poder de decisão (RME, vol. I, p. 17).

Por fim, ao final desta primeira reunião, o Ministro das Relações Exteriores, Zorilla de San Martin, argumentou que, devido às distorções da imprensa uruguaia esquerdista, a permanência do enviado especial brasileiro poderia ser interpretada como um “fator de pressão, inconveniente e prejudicial à obtenção do reconhecimento do novo governo” (RME, vol. I, p. 19) e apelou para que o Emissário Especial se ausentasse espontaneamente de Montevidéu, durante alguns dias (RME, vol. I, p. 19). Souza Gomes então, entendendo a ponderação do chanceler uruguaio como justa, viajou à Buenos Aires e retornou ao Uruguai, alguns dias depois.

### **3.2 Impacto na imprensa uruguaia**

A imprensa brasileira seguiu um caminho oposto ao da imprensa uruguaia. A maioria dos jornais brasileiros, salvo raras exceções, como o Jornal Última Hora, do jornalista Samuel Wainer, apoiou o Golpe e, pelo menos até que o Estado praticasse a censura de forma aberta, assim continuaram (GASPARI, 2002b, p. 215). O próprio presidente do CNG uruguaio e o Relatório da Missão mencionaram algumas vezes que a imprensa uruguaia exercia uma forte oposição ao que acontecia no Brasil, ainda que o Emissário especial classificasse as notícias da imprensa uruguaia como inverídicas (RME, vol. I, p. 17).

Um dos jornais uruguaiois mais importantes que adotaram um posicionamento mais à esquerda, em oposição ao que acontecia no Cone Sul, foi o Jornal Marcha. Como já mencionado anteriormente, a imprensa uruguaia demonstrou insatisfação com os arrochos impostos pelo FMI e passou a fazer uma sistemática

oposição às decisões do CNG que favoreciam os EUA ou o Brasil, principalmente após a deposição de Goulart.

O nível de oposição exercido pelo Jornal Marcha beirava a militância política. O editorial do dia 03 de abril de 1964, dizia:

La reacción y la traición han triunfado en Brasil. La hora de los Lacerdas y los de Barros ha llegado. Es, no lo ocultamos un duro golpe para la causa de la revolución nacional en nuestro Continente. Pero y tampoco lo ocultamos, tenemos la certeza da que la derrota presente, será transitoria. El Brasil, América, no sólo no pueden desarrollarse y cumplir su destino, en el marco de las estructuras actuales. No pueden ya subsistir. Aún la vida vegetativa que hasta ha poco llevaban se les ha hecho imposible.

De forma clara, o jornal direcionou o leitor a crer que o que ocorria no Brasil era transitório e que essa transitoriedade dependia da luta dos povos latino-americanos pela manutenção de sua liberdade. Nesta mesma edição, inclusive, houve uma convocação para que, no mesmo dia, às 19h, o povo se reunisse para debater a situação brasileira, em solidariedade ao povo brasileiro, “*en apoio de la legalidade, de la democracia brasileña y de su gobierno constitucional, contra los promotores del golpe militar fascista.*” (MARCHA, 03 de abril de 1964, p. 32).

Chama atenção o fato de a leitura política feita pelo jornal Marcha parecer tão precisa nos dias atuais. Já na edição de 10 de abril de 1964, opiniões publicadas no jornal demonstravam que o golpe ocorrido no Brasil teria sido arquitetado com o conhecimento dos EUA e que o rápido reconhecimento do novo governo brasileiro era apenas um destes indícios. A construção do argumento editorial do jornal era bem ampla, de tal maneira que o Marcha criticava diretamente a imprensa norte-americana que teria comentado, um dia antes do golpe no Brasil, que um Golpe de Estado à antiga, com militares conservadores tomando o poder, poderia servir muito bem a ambas as Américas (MARCHA, 10 de abril de 1964, p. 10).

A edição do dia 24 de abril de 1964 destacou a ascensão de Castelo Branco à presidência do Brasil, e destacou também a viagem ao Uruguai do chefe de assuntos jurídicos do governo, Jaime de Souza Gomes, enviado especial ao Uruguai. A repercussão na mídia uruguaia da Missão Especial, ainda que não fosse tratada como tal, chamava a atenção do governo brasileiro. Demonstrando um grande apoio a João Goulart, a imprensa ajudou a consolidar a imagem positiva que Jango cultivou neste país.

Foi interessante perceber que o esforço do diplomata brasileiro em desviar a atenção da imprensa uruguaia para os reais interesses da Missão deu resultado. A própria viagem a Buenos Aires foi utilizada como estratégia para confundir a imprensa, admitindo a possibilidade de que a sua missão (sem revelar o real conteúdo) poderia ser estendida a outros países (RME, vol. I, p. 19). Diante disso, a imprensa noticiava continuamente que Souza Gomes estava em território uruguaio para obter o reconhecimento, por parte do governo local, do novo governo brasileiro.

Segundo o Embaixador brasileiro em Buenos Aires, Décio Honorato de Moura, em telegrama enviado ao Ministério das Relações Exteriores no dia 21 de abril de 1964, a imprensa argentina seguia um caminho diferente. No editorial do jornal *El Debate*, do dia 20 de abril, foi noticiado que o Brasil tinha enviado um emissário especial para pressionar João Goulart a abandonar o país (RME, vol. II, doc. 33).

Em um capítulo dedicado à repercussão na imprensa uruguaia, o RME concluiu que mesmo a imprensa conservadora, não apenas a imprensa nitidamente comunista, demonstrou grande simpatia por Goulart, e que os motivos vão desde a afinidade ideológica aos interesses econômicos comuns (RME, vol. I, p. 36). Souza Gomes insistiu na tese de que a imprensa uruguaia propagava uma versão inverídica do que ocorria no Brasil e que o amplo acesso que os asilados brasileiros tinham aos meios de comunicação, fazia com que eles incentivassem a continuidade deste tipo de abordagem pela imprensa (RME, vol. I, p. 36-7)

Causaram estranheza as ações práticas sugeridas por Souza Gomes como forma de conter a influência da imprensa:

Somente a ação pessoal da Embaixada do Brasil em Montevideu, através do Chefe da Missão com a colaboração indispensável do Adido Cultural, poderá, pouco a pouco, mostrar as causas do movimento eclodido no último de março, difundir-lhe os propósitos, restaurar a confiança geral em o novo Governo brasileiro e, assim, de maneira segura e construtiva, contribuir para dissipar intrigas e desconfianças, que interesses contrariados insistem em fomentar, com possíveis e sérios reflexos nas relações entre ambos os países. (RME, vol. I, p. 37)

Não se pode desvincular o Relatório da relação autor-destinatário e somente com esta vinculação é possível entender o porquê de uma aparente ingenuidade demonstrada neste relato. Parecia claro o caráter ideológico de direita do chamado “Movimento Revolucionário” que tomou o poder no Brasil, assim como parecia claro



que esse posicionamento estava em contradição ideológica com o pensamento demonstrado pela imprensa uruguaia até aquele momento. Essa situação não se resolveria com campanhas de esclarecimento por parte do governo brasileiro, mas poderia ter sua importância minorada caso o governo uruguaio passasse por grandes mudanças em sua base, como a existência de um golpe militar ou a eleição de um governo de ultradireita.

### **3.3 Resultado da Missão**

Quando Souza Gomes retornou ao Uruguai, após viagem a Buenos Aires, no dia 23 de abril, dois eventos acontecidos recentemente foram importantes para a Missão: em 21 de abril, o governo uruguaio declarou João Goulart asilado político e em 23 de abril, o CNG reconheceu, por 5 votos a 3, em uma votação apertada<sup>15</sup>, o novo governo brasileiro, na autoridade do Marechal Castelo Branco. Os dois eventos citados aconteceram em datas muito próximas, mas não causaram surpresa, pois no caso de Goulart, era nítido que o asilo seria concedido.

As reuniões prosseguiram, mas as negociações não evoluíram. Souza Gomes reuniu-se com o chanceler, Zorilla de San Martin, e com o presidente do CNG em mais uma ocasião, mas as dificuldades encontradas permaneceram as mesmas. Em uma segunda reunião com o chanceler, inclusive, cogitou-se a possibilidade do governo uruguaio exercer vigilância sobre Goulart, diante da negativa em forçar o seu confinamento em Montevideu. Mais uma vez, a negociação esbarrou no CNG. Sem a aprovação do Conselho, o Ministério não poderia garantir, por escrito, que Goulart e seus companheiros seriam vigiados (RME, vol. I, p. 25).

A tentativa de barganha diplomática prosseguiu com o chanceler uruguaio reforçando a necessidade de o Brasil conceder salvo-condutos aos asilados diplomáticos na Embaixada do Uruguai no Brasil. Conforme o RME, a Convenção de Havana, de 1928<sup>16</sup>, era omissa em relação aos salvo-condutos solicitados pelo chanceler uruguaio,

---

<sup>15</sup> A votação foi considerada apertada, pois dos 5 membros que votaram a favor, 2 fizeram ressalvas. Um dos ausentes era do partido do governo. Todos os 3 votos contrários foram da oposição.

<sup>16</sup> A Convenção de Havana, de 1928, dispõe que todos os Estados signatários têm o direito de estabelecer leis próprias sobre a entrada e saída de estrangeiros. Nesse caso, o Uruguai possuía

assim como também o era sobre a questão envolvendo o confinamento de Goulart, sendo assim, Souza Gomes argumentou que na medida em que a situação dos asilados territoriais brasileiros no Uruguai fosse solucionada (leia-se João Goulart), os salvo-condutos também seguiriam o mesmo caminho (RME, vol. I, p. 26).

Por fim, Souza Gomes conclui que:

Sem argumento jurídico ponderável sobre o qual fundamentasse a sua pretensão, o Governo brasileiro só tinha a ser favor a Convenção de Caracas sobre Asilo Territorial, assim mesmo apenas como direito consuetudinário, nunca como norma jurídica obrigatória, porque a ela não se acha vinculado o Uruguai, pelo fato de que este Estado disciplina o assunto através de lei interna inteiramente contrária aos objetivos do Brasil. (RME, vol. I, p. 31)

No dia 14 de maio, a televisão uruguaia noticiou que O Conselho Nacional de governo decidiu que não seria possível atender ao pedido do governo brasileiro de limitar os movimentos dos asilados territoriais por ser contrário às normas locais (RME, vol. II, doc. 49). A Missão ainda estendeu-se até o dia 21 de maio (data do último memorando enviado em nome da Missão), quando a permanência pareceu não fazer mais sentido.

Apesar de parecer um fracasso, a Missão obteve alguns êxitos. “Forçoso confessar que, paradoxalmente, a Missão Especial conseguiu aquilo a que não se propunha, isto é, o reconhecimento do novo governo brasileiro” (RME, vol. I, p. 39). Foi com essas palavras que Souza Gomes definiu o que poderia ser o maior êxito da missão, mas não o único. A própria submissão à lei uruguaia<sup>17</sup>, do agora asilado territorial João Goulart, também obrigava o governo uruguaio exercer vigilância e controle para que Jango e seus aliados não perturbassem a ordem do país ou realizassem atividades proibidas pelo Direito Internacional (RME, vol. I, p. 42). De acordo com o emissário especial, houve uma espécie de pressão do governo uruguaio contra João Goulart, de forma que Jango e Brizola deixariam o Uruguai brevemente. O que foi considerado uma vitória, ainda que apenas um deles deixe o país. Mais especificamente no dia 18 de maio, Jango e família partiram para Paris, sendo acompanhados por Brizola, que partiu três dias após, retornando no fim de junho (RME, vol. II, doc. 57).

---

uma legislação específica sobre asilados territoriais e ainda não tinha ratificado a Convenção de Caracas, em 1954.

<sup>17</sup> Assim como qualquer cidadão uruguaio, Jango estava sujeito às sanções legais caso praticasse algum ato ilícito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente do que se poderia imaginar, diante de uma enorme quantidade de empecilhos, alguns aparentemente intransponíveis (como no caso das leis uruguaias), a Missão Especial ao Uruguai não foi um fracasso. Conseguiu algumas vitórias, mas não o objetivo a que, oficialmente, se propusera:

que as atividades dos brasileiros asilados, que ali se encontravam, fossem rigorosamente controladas e que o Senhor João Goulart e seus acompanhantes fossem confinados longe da fronteira brasileira. A solução ideal seria conseguir-se o afastamento do ex-Presidente e seus antigos colaboradores do Continente americano. (RME, vol. I, p. 3)

Dentre as vitórias mencionadas no Relatório, está a necessidade do governo uruguaio exercer vigilância sobre Goulart em virtude de o mesmo estar sujeito às leis uruguaias. Assim como qualquer cidadão uruguaio estava sujeito às leis locais, Jango também estava. Apesar de o Decreto uruguaio sobre asilo territorial, de 5 de julho de 1956, também prever que o asilado não deve envolver-se em atos de violência ou em ações contra qualquer governo estrangeiro (RME, vol. II, doc. 12), não estava claro quais seriam essas ações e se a atuação de João Goulart seria limitada. Ou seja, Jango podia falar à imprensa (e falava), participar de reuniões com correligionários e transitar livremente pelo território uruguaio desde que não descumprisse a lei.

O fato de Brasil e Uruguai manterem boas relações e não possuírem, à época da Missão, nenhuma grave pendência diplomática, certamente tornou as conversas mais amistosas, mas fez com que o governo brasileiro não tivesse poder de barganha sobre o uruguaio. Bastava ao Uruguai cumprir sua própria lei que o Brasil nada poderia fazer no campo diplomático. Nem mesmo as ameaças de reforço das tropas na zona de fronteira surtiram efeito.

Em relação à imprensa, ficou claro que os objetivos da Missão, ainda que secretos, foram percebidos pela imprensa uruguaia e argentina. A distorção dos objetivos, a que tanto se refere Souza Gomes em seu Relatório, aliás, é tratada como um problema para o governo brasileiro. Se dentre 80 países, somente México, Venezuela e Cuba não tinham reconhecido o novo governo brasileiro, além do Uruguai, a soberania uruguaia não podia ser violada com o envio de um emissário para “forçar” o reconhecimento. Este motivo jamais poderia constar nos Relatórios e nem nas conversas entre diplomatas. Quando não há hostilidade entre as nações envolvidas, o

reconhecimento deveria vir de forma natural. Como o RME demonstrou, o reconhecimento não veio de forma tão natural assim.

Ocorrido dois dias após a concessão do status de asilado territorial a João Goulart, o reconhecimento formal do novo governo brasileiro, passou a impressão, pelo menos no campo diplomático, de ter sido feito em forma de compensação pela concessão do referido status. A forma como transcorreu a votação, acalorada e bem dividida (RME, vol. I, p. 23), também reforça a ideia de que o reconhecimento não se daria rapidamente, caso a Missão não tivesse se estabelecido.

Dentre os pontos que ficaram visíveis, mas não foram detalhados explicitamente no Relatório, está a nova forma de conduzir a diplomacia brasileira. Seria difícil imaginar que, diante da Política Externa Independente, de Jânio Quadros e do próprio João Goulart, uma missão fosse designada para obter garantias sobre um ponto em que a lei do país ao qual o ex-presidente se asilou, era clara. Sem a mudança de governo e a consequente mudança de orientação na diplomacia, mais alinhada aos EUA, a Missão não teria sentido em ter existido.

Por fim, reforço a ideia de que, realmente, a Missão cumpriu a sua verdadeira finalidade: obter a partir do governo uruguaio o reconhecimento do novo governo brasileiro. O fato de, na conclusão do RME, constar que a Missão conseguiu o aquilo a que não se propôs, e ainda assim, a ideia de sucesso ser repetida diversas vezes, somente corrobora esta opinião. Não apenas reconhecer quem estava no comando do país, mas reconhecer as novas características do governo que estava se formando a partir de um Golpe.

Não seria natural imaginar que, com pouco poder de barganha, o Brasil conseguisse uma violação da lei interna uruguaia. Mais ainda, a busca pelo reconhecimento do governo uruguaio, diante um cenário favorável a João Goulart, poderia ser ainda mais eficaz, em termos de pressão ao próprio Jango. Ou seja, se a Missão conseguisse o reconhecimento do novo governo brasileiro, ao receber a concessão de asilado territorial, João Goulart saberia que não estaria mais diante de uma situação confortável, em que o governo do país em que está asilado seria totalmente contrário ao governo que o depôs.

## REFERÊNCIAS

### Fonte Primária

Relatório da Missão Especial ao Uruguai, abril de 1964. Volumes I e II.

### Documentos Oficiais

BRASIL, Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm) – acesso em 05/10/2019.

BRASIL, Lei 4.131/62, de 03 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. – Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4131.htm) – acesso em 23/11/2019

BRASIL, Ato Institucional Nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm) – acesso em 25/11/2019.

BRASIL, Decreto n. 18.956, de 22 de outubro de 1929. Promulga seis convenções de direito internacional publico, aprovadas pela Sexta Conferencia internacional americana. – Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18956-22-outubro-1929-549004-publicacaooriginal-64267-pe.html> – acesso em: 25/11/2019.

CONVENCION SOBRE ASILO DIPLOMATICO – Caracas, Venezuela, 28 de março de 1954. Assinaturas e ratificações. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/spanish/firmas/a-46.html> – acesso em 02/10/2019.

### Jornais

JORNAL MARCHA, edição nº 1.199 de 03 de abril de 1964. Disponível em: <http://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/2197> - acesso em 14/05/2019.

\_\_\_\_\_, edição nº 1.200 de 10 de abril de 1964. Disponível em: <http://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/2196>- acesso em 14/05/2019.

\_\_\_\_\_, edição nº 1.202 de 24 de abril de 1964. Disponível em: <http://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/2194> - acesso em 14/05/2019.

### Outras fontes

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.), *Fontes Históricas*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. Introdução A Conjuntura do pós-guerra na América Latina. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Org.), *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Traduzido por: Gilson César Cardoso de Sousa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4.ed., rev. e ampliada. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

CHASQUETTI, Daniel. El proceso constitucional en el Uruguay del siglo XX. In: NAHUM, Benjamin (Org.). *El Uruguay del siglo XX: la política*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política, 2004.

DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FINCH, Henry. Uruguai, 1930-C. 1990. In: BETHELL, Leslie (Org.), *História da América Latina: Volume X – A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil*. Traduzido por Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. Leandro Karnal ... [et al.]. São Paulo: Contexto, 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.), *Fontes Históricas*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8.ed., rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007*. 3.ed., rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

RAMA, Germán W. *La Democracia en Uruguay*. Colección Cuadernos del RIAL. Buenos Aires, Argentina: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

RAPOPORT, Mario; SPIEGEL, Claudio. *Estados Unidos y el peronismo: la política norteamericana en la Argentina; 1949-1955*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norteamericana em relação à América Latina*. Traduzido por de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SILVA, Dinair Andrade da. *A imprensa platina e a Missão Especial do Brasil ao Uruguai, abril de 1964*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a04v45n2.pdf> - acesso em 14/05/2019.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento*. Curitiba: Juruá, 2009.

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. Traduzido por de C. Sérgio Duarte. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

ZARDO, Murilo Erpen. *Operação Farroupilha: A transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do Golpe Civil-Militar de 1964*. 2010. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/29002> - acesso em 24/11/2019

### **Páginas na internet**

Texto Biográfico de Jaime de Souza Gomes – Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/gomes-jaime-de-sousa> – acesso em 24/10/2019.

Dados de livre acesso do Banco Mundial – Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/> - acesso em 07/11/2019.

Página oficial do Partido Justicialista – Disponível em: <https://www.pj.org.ar/> - acesso em 29/11/2019.